

Apresentação

De 12 a 14 de novembro de 2007 foi realizado, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o seminário de debates "90 anos da Revolução Russa", organizado pelos professores Osvaldo Coggiola, Lincoln Secco, Jorge Grespan e Marcos A. Silva.

Durante os três dias foram apresentadas 23 mesas redondas, com o total de 85 simposiastas que se articularam em torno de temas como: movimento operário, questão nacional, internacional comunista, geo-história, economia, política, educação, ciência, arte, literatura, cinema, sexualidade, vida cotidiana, e comunismo na América Latina, Europa e nos países do Oriente. Todos, relacionados aos processos que culminaram na revolução de outubro de 1917, na Rússia, e seus desdobramentos.

Do encontro, resultou a apresentação de 29 trabalhos escritos, em formato de artigo, que aprofundam os problemas tratados nas exposições orais e constituem um relevante compêndio do que há de mais atual nos debates sobre a Revolução Russa, como objeto da História, da Geografia, da Ciência Política, da Filosofia, da Literatura e das Artes. Os artigos podem ser lidos e reproduzidos neste DVD-ROM, no menu "textos", disponibilizados no formato ".pdf".

Além dos artigos, foram disponibilizados os registros fílmicos das mesas: "Outubro de 1917, classe operária e revolução", "A Revolução Russa e os intelectuais", "A Revolução Russa e a Internacional Comunista no Brasil", "A Internacional Comunista na História contemporânea", "A Revolução de Outubro e a questão nacional", "Revolução, sexualidade e vida cotidiana", "Literatura russa e revolução", "Revolução Russa e conselhos operários na Espanha e Itália", e "Geo-história da Rússia e revolução soviética". Com isso, é possível acessar, no menu "vídeos", as comunicações de Jorge Altamira, Jorge Grespan, Osvaldo Coggiola, Boris Schnaiderman e Leonel Itaussú de Almeida Mello, entre outros.

O sucesso de público, que marcou o evento, é agora consolidado com a publicação deste DVD-ROM, "Revolução Russa: uma jovem de 90 anos (1917-2007)", que traz textos, conferências e imagens, cumprindo a função de registrar o seminário de debates, guardando em seu conteúdo um relevante potencial para a compreensão de nossa história recente, focado em um de seus mais significativos marcos: a vitória de um projeto para os oprimidos. Guarda também o potencial de aprofundamento das discussões sobre o processo revolucionário de 1917, e os rumos e perspectivas atuais da esquerda no Brasil e no mundo.

Desejamos a todos uma boa leitura, bem como audiência dos vídeos, que cumprem, conjuntamente, a função de provocar o pensamento crítico sobre um dos mais importantes processos de nossa história contemporânea.

São Paulo, janeiro de 2009.

Rodrigo Medina Zagni



“A TEMPESTADE ANDINA”*

A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917 E O PENSAMENTO DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

Rodrigo Medina Zagni**

Resumo:

Verificaremos, neste trabalho, as influências tributadas ao processo revolucionário assistido na Rússia, em 1917, sobre o contemporâneo trabalho intelectual e político de José Carlos Mariátegui, introdutor das idéias marxistas na América Latina e responsável pela re-elaboração de suas categorias à realidade indo-americana.

Palavras-chave: Revolução Russa; marxismo; Mariátegui; Indo-América.

“Somos antiimperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa”.
José Carlos Mariátegui***

Introdução:

Indubitavelmente, José Carlos Mariátegui é o autor latino-americano mais expressivo na literatura marxista. É o autor mais vendido e traduzido na história do mercado editorial peruano. Isso porque não coube a ele importar categorias

* A expressão se refere ao título do artigo “Tempestade nos Andes”, do indigenista e antropólogo peruano Luis Eduardo Valcárcel, publicado no primeiro número da revista *Amauta*. No texto, o autor defende que a revolução latino-americana seria indígena e que só lhes faltava, por muito pouco tempo, um Lênin para conduzir o processo revolucionário.

** Historiador graduado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; doutorando na linha de pesquisa em Práticas Políticas e Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP e docente do curso de Ciências Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul.

*** “Ponto de vista antiimperialista” in: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 33 e 34.



européias, mas adaptá-las a uma realidade completamente diferente daquela que viu no Velho Mundo no seu período político e teoricamente formativo.

A originalidade de sua obra não se dá pela recusa às influências estrangeiras ou, no seu extremo oposto, em sua acrítica e total incorporação. As categorias marxistas, criadas num contexto datado no tempo e localizado no espaço, foram, por ele, adaptadas a um outro tempo e realidade, provando tanto o seu poder explicativo quanto sua capacidade adaptativa para prover projetos de transformação da realidade social.

Contudo, a releitura não partiu diretamente dos clássicos de Marx, senão sob as luzes da experiência histórica, da qual fazem parte tanto a Revolução Chinesa de 1911 quanto a Russa, de fevereiro e de outubro de 1917, e dos autores de referência do marxismo italiano, de Croce à Gramsci.

Nosso foco, na presente análise, é o impacto da Revolução Russa de 1917 no pensamento de José Carlos Mariátegui, por meio da análise de sua obra, da qual não está dissociado o seu *vittae*. São, como disse, uma coisa só.

“É preciso voltar a Mariátegui e perceber que a vez dos trabalhadores ainda não chegou. E, para que chegue, precisamos ser marxistas, revolucionários e solidários”.
Ademar Bogo¹

O subalterno do subalterno

Mariátegui nasceu em 14 de junho de 1894, em Monquequa, interior do Perú, na distante região sul. Isso, por si só, constitui um dos fatores fundamentais para que não incorresse no erro de tantos intelectuais e políticos do seu tempo: pensar que Lima fosse o Perú.

Pelo contrário, a origem de Mariátegui, filho da índia Maria Amália, e de um funcionário público do Tribunal de Contas do Estado, o mestiço Francisco Javier Mariátegui, fez com que seu olhar se voltasse para um Perú profundo, andino, incaico, anterior; não aquele que era pensado como o país dos *criollos*, das elites comprometidas com o imperialismo, mas o Perú que se contrapunha à influência estrangeira, que buscava sua identidade, negada no presente pelos segmentos de sociedade que repartiam entre si o poder político e econômico, mas num passado de

¹ (org.). Op. Cit. p. 24.



solidariedade comunal: o *ayllu* inca, a própria expressão do que se possa designar como comunismo primitivo para o caso indo-americano, que Mariátegui chamou de “comunismo agrário do *ayllu*”.

Mestiço, deficiente físico, excluído do ensino regular por dificuldades físicas e financeiras, autodidata, do interior do Perú, num país periférico num continente explorado: Mariátegui era o subalterno do subalterno, e somente por conta disso pôde perceber que categorias externas não tinham poder explicativo sobre a sua realidade, não a penetravam em profundidade e, a partir daí, pôde empreender análises repletas de originalidade.

Numa só frase, o objetivo de sua obra aparece no debate que travou com os apuristas²: “. . . evitar a imitação européia e situar a ação revolucionária em uma apreciação exata de nossa própria realidade”³.

O interesse pelo jornalismo surgiu quando se tornou funcionário do jornal diário *La Prensa*, em 1909. Ali, começou no ofício mais simples: a gráfica. De tanto ler tudo o que se publicava, em pouco tempo começou a escrever para o periódico. Tanto seu empenho como brilhantismo levaram-no, já nos anos seguintes, a colaborar com vários jornais e revistas, fundando em seguida o *La Razón*.

Nele, Mariátegui, que defendia Leguía para as eleições presidenciais de 1919, passou a criticá-lo após o início de seu mandato, pagando um caro preço pela oposição. Em agosto do mesmo ano, o jornal foi fechado e Mariátegui enviado à Itália. A viagem se dava em caráter oficial: seria o agente de propaganda do governo no exterior; mas afastava-o do cenário político peruano.

O período do “exílio” na Itália, até 1923, foi um marco para o jovem. Ali, tomou contato com o pensamento marxista por meio dos intelectuais italianos, fundamentalmente com Antonio Gramsci⁴.

Para além dos teóricos do socialismo, Mariátegui viu de perto o impacto da Revolução Russa de 1917 na classe trabalhadora européia, e como a experiência do êxito deu fôlego à organização do movimento operário em diversos países.

Da Itália, percorreu vários países da Europa tomando contato com diferentes realidades e experiências de organização da classe trabalhadora, orientadas pelo marxismo em torno dos partidos socialistas.

² Referência ao APRA - Aliança Popular Revolucionária da América – fundada em 1926 e da qual fazia parte Haya de La Torre.

³ “Ponto de vista antiimperialista” in: BOGO, Ademar (org.). op. cit. p. 26.

⁴ É importante ressaltar que o contato, nesse caso, refere-se à proximidade com o próprio Gramsci, uma vez que sua obra fundamental, “Cadernos do Cárcere”, foi publicado após a morte de Mariátegui.



No mesmo ano de 1917, durante o conturbado período revolucionário russo, Mariátegui viajava pela Alemanha, onde a influência comunista já era perceptível nas fábricas e nas agitações que ganhavam as ruas nos centros industrializados.

Ainda em 1919, testemunhou a fundação do Partido Comunista Italiano sob a liderança de Gramsci, do qual já era próximo. Diria depois que tanto Gramsci, quanto a experiência da organização do partido, haviam tornado-o marxista convicto. Essas convicções, formadas na práxis, desta feita na articulação entre teoria e prática resultando na experiência, passavam pelo testemunho histórico daqueles que experienciaram a Revolução Russa ou vislumbraram seus resultados de perto.

Participou também, ativamente, do Congresso do Partido Socialista Italiano, em 1921 e, no mesmo ano, no 3º Congresso da Internacional Comunista.

Em 1923, da Bélgica, embarcou para o Perú e, em seu regresso, dedicou-se a organizar, sob as luzes da experiência européia, um partido socialista. Para seguir o modelo de organização do partido italiano as tarefas, no Perú, seriam árduas: antes de tudo, observar e entender o Perú; organizar as lutas de operários, camponeses e índios; e criar os conselhos de fábricas.

Assumiu ainda uma série de atividades: colaborou com revistas como a *Variedades* e diversos jornais, dirigiu a revista *Claridad* junto de professores e alunos das Universidades Populares Gonzales Prada, e percorreu o ambiente universitário peruano dando conferências e participando de debates. Mariátegui formava, a cada linha que escrevia e a cada palestra que proferia, massa crítica para um movimento de massa.

Não há como cindir, em seu pensamento, análises de cunho teórico e suas ações políticas. São dimensões constitutivas de um mesmo projeto, que é antes de tudo um projeto de vida. Assim sendo, não há como não empreender alguma violência simplesmente por transportar a análise de sua obra para o universo acadêmico, seus significados são mais profundos, apreensíveis apenas por aqueles que partilham da *práxis*. Em suas próprias palavras

Meu pensamento e minha vida constituem uma única coisa, um único processo. Se espero e exijo que algum mérito me seja reconhecido é o de (. . .) empenhar todo o meu sangue em minhas idéias.⁵

E continua, em tom de advertência,

⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 31.



... não sou um crítico imparcial e objetivo. Meus juízos se nutrem dos meus ideais, dos meus sentimentos, de minhas paixões. Tenho uma ambição enérgica e declarada: a de contribuir para a criação do socialismo peruano. Estou o mais afastado possível da atitude professoral e do espírito universitário.⁶

Um ano depois de seu regresso, já tinha material suficiente para a publicação de seu primeiro livro: *La escena contemporânea*, de 1925, uma coletânea de artigos dos primeiros anos de sua atividade política e intelectual.

O passo seguinte foi o mais importante de sua trajetória de militância: a fundação da revista *Amauta*, em setembro de 1926, por meio da qual travou seus mais importantes debates ideológicos. Com tiragem de 5 mil exemplares e uma difusão que a tornou, rapidamente, referência na América Latina, o conjunto consiste numa das mais completas visões sobre a realidade política e social peruana e, num sentido mais amplo, indo-americana.

Nos sete anos de seu regresso da Itália, de 1923 a 1930, produziu 20 volumes da revista.

Mariátegui fez da *Amauta* o instrumento para a criação do partido, cuja importância foi declarada aos trabalhadores peruanos, em suas páginas, em setembro de 1928. Apenas um mês depois, o Partido Socialista do Peru já era uma realidade e, nele, Mariátegui foi eleito como secretário-geral.

A escolha pela designação “socialista” para o partido não era ingênua. Mariátegui distinguiu-a claramente do termo “comunista” e, desta forma, contrariava conscientemente as orientações da Terceira Internacional Comunista. Tanto que após sua morte o partido, seguindo orientação da Internacional, alterou seu nome para Partido Comunista.

Contudo, o programa do partido, que apontava para a revolução socialista, se aproximava estreitamente da experiência da organização européia, em larga medida tributária da Revolução Russa: expropriação dos latifúndios e repartição das terras aos camponeses; confisco de empresas estrangeiras; moratória das dívidas do Estado; regulamentação dos direitos dos trabalhadores; armamento de camponeses e operários; e a criação dos municípios de operários, camponeses e soldados.

As lutas socialistas, no programa, estavam articuladas de forma clara à militância antiimperialista, dotando-o de inigualável originalidade.

⁶ Ibid. p. 32.



O resultado dos debates travados na *Amauta* e no *Mundial* foi publicado em Lima no ano de 1928, na obra que o projetaria como expoente do marxismo latino-americano: os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*.

Árdua crítica à classe política peruana, o nexos que perpassa os sete ensaios é a condenação ao olhar que, de dentro do Perú, pensava e engendrava políticas como se estivesse nas principais capitais européias.

Cada ensaio trata de uma dimensão da realidade peruana: a evolução econômica, o problema do índio, o problema da terra, a educação pública, a igreja católica, o centralismo de Lima e a literatura peruana.

No mesmo ano de publicação de sua mais importante obra, a organização política dos trabalhadores peruanos já contava com duas outras esferas de organização: a Confederação dos Trabalhadores e o Partido Comunista.

No final daquela década, Mariátegui se dedicou inteiramente ao *Partido Socialista* e à *Central Geral de los Trabajadores Peruanos*.

Mariátegui não assistiu aos resultados dessa organização, nem à consolidação do partido que ajudou a criar como força política. Em março de 1930, foi internado às pressas e em 16 de abril, com 35 anos, morreu, deixando esposa, quatro filhos, e um legado para a posteridade: a adaptação das categorias marxistas para a análise da realidade peruana.

Não sabia ainda que havia feito mais: sua proposta permitia, no mesmo sentido, a própria análise da condição latino-americana, ou melhor, usando sua terminologia, da Indo-América.

Sua morte encerrou um período da própria história do Perú, coincidindo com a derrota dos movimentos populares, nos quais se inseria o movimento operário que Mariátegui ajudou a organizar, com o estabelecimento das ditaduras de Sánchez Cerro e Manuel Prado, nos quinze amargos anos posteriores de prisões, desterros e execuções de seus militantes.

Dos 28 aos 35 anos, curtíssimo período de produção intelectual, deu uma das mais notáveis contribuições teóricas para o pensamento de esquerda de seu tempo. Com espírito jovem e dotado de inigualável originalidade, é referência ainda hoje na formação política e intelectual dos excluídos aos universitários.

Sua obra é um legado para o pensamento político latino-americano, tendo habido ainda três publicações póstumas: *Defensa del marxismo*, de 1934; *El alma y otras estaciones del hombre de hoy*, de 1950; e *La novela y la vida*, de 1955.

Outras publicações que reúnem opúsculos, conferências e textos dispersos, foram fruto do empenho de seus filhos e tiveram como produto vários volumes editados sob forma de livro, conforme nos informa Florestan Fernandes no prefácio à



primeira edição brasileira dos *Sete ensaios...*: *El artista y La época, signos y obras; Historia de la crisis mundial* (conferências); *Peruanicemos el Peru; Temas de educación; Cartas de Itália; Figuras y aspectos de La vida mundial* (3 tomos); *Ideologia y política; e Temas de nuestra América.*

Florestan Fernandes fala ainda de uma produção poética e literária anterior, como a “idade da pedra” de Mariátegui, à qual não nos ateremos.

Hoje, com a organização dos índios como atores políticos na América Latina, os 80 anos dos *Sete ensaios...* demonstram tratar-se de um clássico, corroborando seu poder explicativo e notável atualidade.

O antropólogo peruano Rodrigo Montoya Rojas, da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, em Lima, observa, na perspectiva dessa atualidade e força explicativa de Mariátegui, que

Nas favelas de Lima, particularmente em “Villa El Salvador”, o movimento “Integración Ayllu” propõe uma defesa firme da cultura andina quéchua a partir do conceito do *ayllu* que, em quéchua, quer dizer grupos de parentes. Seus promotores sustentam que os filhos devem compartilhar a língua, a cultura, a espiritualidade dos pais. A partir da defesa da língua e da cultura, o grupo avança e talvez proponha a formação de um movimento indígena quéchua.⁷

Parece de fato, ao observar a dimensão do poder indígena nos países andinos centrais, que os primeiros trovões, desde a cordilheira, anunciam uma nova tempestade.

Identidade cultural e o índio como agente da própria história

A definição de Marx e Engels para os “povos sem história” encontrou, na leitura de Mariátegui sobre a realidade peruana, um importante contraponto.

Defendendo a identidade cultural indígena e mais amplamente latino-americana, Mariátegui a colocava no passado como pertencente àqueles que engendraram um modelo econômico e de sociedade mais próximos do comunismo primitivo, no império dos incas; e no presente como um componente indissociável da luta revolucionária nas Américas.

Importante dizer que os índios constituíam quatro quintos da população peruana ao tempo de Mariátegui, ou seja, quatro milhões de almas. Mais que isso,

⁷ In: MARIÁTEGUI, José Carlos. Op. cit. p. 21.



protagonizaram historicamente os movimentos insurrecionais mais significativos contra a opressão colonizadora espanhola, pelos quais pagaram com a vida Túpac Amaru II e Túpac Katari, mesmo preço pago por seus seguidores índios.

Ainda assim, foi a elite *criolla* que comemorou a independência em 1821, repartindo o poder colonial a partir de seus fragmentados interesses. Partilha da qual estariam excluídos os índios, bem como dos direitos fundamentais a sua existência social, relegados à condição de cidadãos de segunda categoria.

Contudo, de 1879 a 1884, quando os chilenos pisaram o território peruano na Guerra do Pacífico, não foram os *criollos*, especialmente de Lima, que se bateram contra os invasores: foram os índios.

Injustiçados pelas elites *criollas* em seu tempo e pela história na posteridade, tratava-se de colocar, pela primeira vez, o índio como cidadão de primeira categoria, como membro da pátria, não como um entrave ao progresso cuja cultura deveria ser dobrada pela educação e sua moral pelo cristianismo; ou ainda como uma eterna criança, puxada pela mão da filantropia ou das ações humanitárias: dois extremos igualmente contra-revolucionários. Até mesmo os intelectuais indigenistas eram nocivos sob essa ótica, porque tratavam o índio de modo paternalista.

Chegaria, para Mariátegui, o momento em que as políticas para os índios seriam pensadas pelos próprios índios e, mais, em que a literatura indigenista fosse escrita também pelos índios. Não haveria mais aqueles que os submeteriam ou que os pegariam pela mão, pois aos índios cabia a tarefa da revolução.

A revolução socialista na Indo-América deveria ser, nestes termos, uma “tempestade andina”. A avalanche que desceria as montanhas e varreria as classes dominantes seria indígena.

As organizações sociais pré-cortesianas já demonstravam traços de solidariedade camponesa por meio do *ayllu*, mas a revolução socialista que esperava Mariátegui não seria aquela que faria regressar a Indo-América ao antigo modelo inca. O Estado socialista esperado deveria ser moderno, no qual a tradição de solidariedade camponesa, apesar de fundamental, teria que se adaptar à mudança dos tempos históricos.

Fica claro que, em seu pensamento, indigenismo não era igual a socialismo, ao contrário do que pode supor uma crítica superficial.

Mariátegui foi o primeiro a identificar uma correspondência entre a esperança indígena, que era revolucionária, e os movimentos revolucionários não só europeus, mas do mundo. Com isso, seria necessário articular ambas as experiências para que a Indo-América tomasse as lições do ocidente, no que tange a sua ciência e pensamento,



com o objetivo de organizar as lutas sociais sob as luzes da experiência revolucionária européia.

Para Rodrigo Montoya, “é necessário dar à luta indígena um caráter de luta de classes”⁸. Pensamos se já não estava investida a relação de opressão à qual estava submetido o índio, ainda que pela etnicidade, à luta de classes por conta do papel que exercia de forma determinada.

Para o próprio Mariátegui

Faltava articulação nacional aos índios. Seus protestos sempre foram regionais. Isso contribuiu, em grande medida, para seu esmagamento. Um povo de 4 milhões de homens, consciente de seu número, nunca desespera de seu futuro. Os mesmos 4 milhões de homens, enquanto não sejam mais que uma massa orgânica, uma multidão dispersa, são incapazes de decidir seu rumo histórico.⁹

Essa luta, no Perú, estava caracterizada na luta pela terra. Nisso consistia o “problema do índio” de que trata o segundo ensaio de sua obra de referência. Nele, a crítica socialista verifica a questão indígena como econômica, tendo como meio de produção primordial a terra e, como raiz de seus problemas, seu regime de propriedade.

Era preciso rever os estatutos sobre a posse de terras no Perú, onde a luta socialista, antes de combater a burguesia e o capitalismo consolidado, teria que lidar com os anacrônicos resquícios do “feudalismo dos *gamonales*”¹⁰.

A conclusão de Mariátegui é a de que “. . . não se pode liquidar a servidão que pesa sobre a raça indígena sem liquidar o latifúndio”¹¹.

Sobre o papel da burguesia

Sobre a burguesia local e o processo revolucionário, definitivamente Mariátegui não pensava que ela tivesse um papel a cumprir. Ao contrário do caso europeu, para a realidade hispano-americana elas serviam de apoio à exploração capitalista mundial¹².

Sequer havia se constituído como força social expressiva, para Mariátegui

⁸ “Siete tesis de Mariátegui sobre el problema étnico y el socialismo en el Perú” in: *Anuário Mariáteguiano*, vol. II, n. 2, 1990.

⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Os sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Op. Cit. p. 65.

¹⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*. Op. Cit. p. 53.

¹¹ *Ibid.* p. 68.

¹² Cf. “Ponto de vista antiimperialista” in: *op. cit.*



A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro.¹³

A tese é desenvolvida por Mariátegui também no documento que apresentou, em nome da delegação peruana, na “I Conferência Comunista Latino-Americana”, realizada em Buenos Aires, em junho de 1929.

O texto, publicado sob o título “Ponto de vista antiimperialista”, se tornou célebre na esquerda latino-americana, onde foi referência para a luta armada, como no caso da Revolução Cubana.

Ali, Mariátegui incorporou a categoria internacionalista da luta de classes, de forma dialética, à luta contra o imperialismo estadunidense. No texto, as relações entre o imperialismo, as burguesias locais e os latifundiários, ganharam sistematização na perspectiva de seus antagonismos e contradições até as suas correspondências, que impediriam uma aliança camponesa com setores da burguesia nacional.

Esta mesma burguesia, ao contrário do caso francês de 1789 ou russo de 1917, não poderia se tornar revolucionária; pelo contrário, encarnava as forças do reacionarismo uma vez que se alimentava da exploração imperialista perpetrada pelo capital internacional.

... as burguesias nacionais, que vêem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional. Estas burguesias na América do Sul, que ainda não conhecem – com exceção do Panamá – a ocupação militar ianque, não estão predispostas de forma alguma a admitir a necessidade de lutar pela segunda independência, como supunha ingenuamente a propaganda aprista. O Estado, ou melhor, a classe dominante, não sente falta de um grau mais amplo e certo de autonomia nacional.¹⁴

A polêmica entre Mariátegui e os apristas está na base do debate sobre o papel das burguesias no processo revolucionário, e evidencia uma dimensão importante da influência que a experiência histórica da Revolução Russa de 1917 já exercia sobre aqueles que a vivenciaram, mais especificamente, da experiência que determinou as diretrizes da 3ª Internacional Comunista.

¹³ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Os sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Op. Cit. p. 47.

¹⁴ “Ponto de vista antiimperialista” in: op. cit. p. 26.



O APRA, adotando a tática da frente única contra o imperialismo, entendia o problema como projeto e a partir dele se organizava; como consequência, segundo Mariátegui, não tinha nem projeto, nem organização partidária. Ironiza, dizendo que o socialismo como consequência do antiimperialismo, que pretendia unificar as forças sociais peruanas contra um inimigo comum, aspirava se tornar um *Koumintang* latino-americano, chamando à luta contra o capital estrangeiro aqueles que se beneficiavam dele.

A ácida crítica que Mariátegui fez ao amigo e líder estudantil Haya de la Torre, se deu exatamente por sua adesão à tática da frente única, defendida pela 3ª Internacional. Ao fundar o Partido Nacionalista Libertador, para Mariátegui, o líder do APRA aproximava-se mais do caudilhismo e do nacionalismo do que da luta de classes.

Para Mariátegui, não havia possibilidade de aliança entre as classes exploradas e as burguesias no Perú. As clivagens, além de serem históricas, eram entendidas como biológicas e civilizacionais pela própria burguesia e aristocracia brancas, e elites *criollas* que imitavam as convicções de superioridade brancas por sua descendência espanhola (representantes de uma pequena burguesia).

Cindidas essas classes dominantes, no Perú, o tipo popular - o indígena -, era tachado como inferior, frente a todos os outros que os oprimia.

A superioridade estava, antes de qualquer coisa, na descendência consanguínea que denotava filiação civilizacional (esta para tratar das elites *criollas*, descendentes dos modos e do sangue espanhóis).

O dominado estava submetido a uma relação de exploração que, antes de estar determinada pelo papel desempenhado pelo indivíduo na divisão do trabalho social, estava fincada na etnicidade, que determinava por sua vez o próprio papel que desempenharia o indivíduo na divisão do trabalho social.

A dominação colonial, que deu lugar à ascensão dessas elites *criollas*, não teria declinado, senão trocado de lugar em relação ao imperialismo como fase superior do capitalismo. De qualquer forma, batendo-se de frente com os apristas, Mariátegui sublinhava o caráter antagônico entre burguesia, elites nacionais e aristocracia latifundiária de um lado; e classes oprimidas de outro.

As especificidades seriam culturais e criariam, no caso peruano, impedimentos a possíveis alianças, como aquela que se deu no caso chinês, quando Mao-Tse-Tung pôde se juntar ao *Koumintang* de Chiang Kai-shek graças a um sentimento de unitarismo que organizou classes antagônicas frente a um inimigo comum: o Japão.

A Indo-América não contava com dada unidade, apesar da existência de inimigos comuns. O antagonismo de classes naquela realidade determinava o isolamento do índio, dotado de história e cultura alheias para essas elites - no mais das



vezes percebido como a-histórico e sem cultura -, com os quais as aristocracias não eram solidárias.

Não que a Indo-América, contabilizando aristocracias, pequenas e médias burguesias, e latifundiários, não tivessem seu inimigo comum: o imperialismo. Os que, na matemática da economia, deveriam ser vistos como inimigo, para essas alienadas elites eram aliados.

Ainda que as burguesias e aristocracias experimentassem a consciência de classe e percebessem o imperialismo estrangeiro como nocivo, aliando-se às classes subalternas contra o imperialismo (improvável para o caso peruano), não estariam anulados os antagonismos que contrapunham essas diferentes forças sociais. Seus interesses continuavam distintos. O problema era também, para Mariátegui, axiológico.

De qualquer forma, uma pequena burguesia que se opusesse ao imperialismo ianque, só o faria por conta de fatores nacionalistas, não para promoção de qualquer tipo de justiça social que não fosse a sua.

A regra para essas classes dominantes, na América Latina, era expressa pelo caso mexicano e sua integral adesão ao monroísmo e ao pan-americanismo, esferas de penetração econômica e política do capital imperial estadunidense, bem como de ideologia.

Contudo, o caso da América Central, onde o imperialismo foi praticado por meio de ações militares, a conformação de um sentimento antiimperialista nas pequenas e médias burguesias locais era possível. Para esses casos, servia a explicação aprista; mas não para a realidade sul-americana.

Para se contrapor ao imperialismo, para Mariátegui, havia somente uma via: a da revolução socialista.

Feudal, escravista e capitalista: uma América muito diferente da Europa

Para Mariátegui, no *Ponto de vista antiimperialista* e nos *Sete ensaios...*, a aristocracia latifundiária peruana, que explorava mão de obra servil indígena, preconizava tanto um feudalismo que já havia declinado na Europa frente ao avanço das idéias liberais, quanto um escravismo mais radicalmente anacrônico, no período posterior à conquista.

Trata-se das bases históricas da economia peruana, que incorporou após a independência traços de uma economia burguesa, decorrentes dos lucros provenientes da comercialização do guano e do salitre, mas cuja permanência de um sistema



econômico colonial impôs à sua sociedade pós-colonial graves arcaísmos e inadequações.

Uma pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo na Europa foi, sabidamente, o cercamento das antigas propriedades feudais e o fim do estatuto da servidão que levou, num rápido processo, à formação de mão de obra assalariada e com isso ao desenvolvimento das forças produtivas.

Na América, o imperialismo, como fase superior do capitalismo, tinha que se defrontar com processos incompletos de incorporação do modo de produção capitalista, coexistindo com estruturas sociais arcaicas e decadentes como a servidão no latifúndio, literalmente feudal, e os resquícios da escravidão. Os dominadores nesta sociedade indefinida e fragmentada eram os brancos ou *criollos* com valores de brancos; os dominados – escravos e servos: o índio.

Após a violenta abertura do Canal do Panamá, encurtaram-se as distâncias físicas e estreitaram-se as relações comerciais entre Perú, Estados Unidos e Europa no início da década de 1920, superando em números as relações mantidas anteriormente com a Inglaterra, especificamente na exploração de cobre e petróleo.

A penetração do capital estadunidense se deu ainda pela via dos empréstimos, extremamente rentáveis às suas indústrias e comércio, superando a penetração do capital financeiro inglês, em numerários, já em 1926.

Tanto na serra, onde se praticava uma economia feudal (com base na agricultura e nas atividades de mineração assalariadas); quanto na costa, onde se praticava uma economia burguesa (comercial e insipiente), as classes privilegiadas passavam a ser supridas pelo capital ianque nas atividades de produção que tomavam os praticantes de uma economia comunista indígena, como subalternos.

A própria mineração, conforme nos diz Mariátegui, era explorada na região serrana por duas empresas de capital estadunidense que pagavam um irrisório salário aos seus empregados, tornando preferível a servidão na agricultura¹⁵.

Por outro lado, o imperialismo se articulava mantendo correspondências, segundo a percepção de Mariátegui, com o discurso populista empreendido pelo próprio Leguía no Perú, contra as elites fundiárias, uma significativa parte da qual apoiava o seu governo.

Distribuição de terras, redução do latifúndio a pequenas propriedades e o fim do próprio latifúndio, além de retórica populista, estavam também na perspectiva do imperialismo, mas mais como etapa para a consolidação do capitalismo na periferia do

¹⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Os sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Op. Cit. p. 64.



sistema do que qualquer anseio dos dominadores por findarem com o modelo de sociedade no qual gozavam de condição privilegiada. Senão depurá-lo dos anacronismos para a consolidação do capitalismo industrial.

As indústrias e o comércio das cidades estão sujeitos a fiscalização, regulamentos, impostos municipais. A vida e os serviços comunais se alimentam de sua atividade. O latifúndio, entretanto, escapa dessas regras e taxas. Pode fazer concorrência desleal à indústria e ao comércio urbanos. E pode arruiná-los.¹⁶

Não só no interesse do imperialismo, a consolidação do capitalismo com o fim de estruturas arcaicas e a implementação de projetos modernizadores, estava no interesse também das pequenas burguesias nacionais.

Nacionalismo e interesses econômicos moviam ideologicamente este segmento de sociedade ainda de forma antagônica aos interesses dos explorados.

Ainda que desejosos pelo fim do latifúndio e assim de uma estrutura social feudal, burgueses e camponeses/proletários continuavam contrapostos, e assim deveriam permanecer segundo a defesa de Mariátegui, tanto no campo da lógica quanto dos valores morais, até que os opressores fossem vencidos pela revolução.

Mas o caminho para qualquer reforma política ou para a revolução social seria o fim do latifúndio e da servidão que submetia os índios camponeses.

Muito mais para a revolução socialista do que para qualquer tipo de reforma. O fim do latifúndio por meio da reforma agrária foi tomado apenas como retórica pelos populistas e veementemente rejeitada pelas classes dominantes no Perú, sob a alegação de se tratarem de políticas de conspiração do comunismo internacional.

20 anos depois da revolução

Para Mariátegui, o contemporâneo feudalismo peruano possibilitava estabelecer mais correspondências com o desenvolvimento histórico russo do que com o dos países capitalistas do ocidente.

A experiência das comunas rurais na Rússia, o MIR, e sua evolução, demonstraria, assim como no caso peruano, a conservação de caracteres feudais para formações sociais mais complexas, bem como as contradições resultantes da penetração de capitais provenientes do surto industrial assistido durante o século XIX.

¹⁶ Ibid. p. 49.



O poder despótico do latifundiário e a ausência de controle do Estado tornavam o camponês suscetível a toda e qualquer sorte de desventuras, para uma e outra realidade.

A mentira política do liberalismo sem capitalismo, ou do capitalismo sem burguesia, tornaram as novas relações de produção insuficientes para pôr fim ao feudalismo e consolidar o capitalismo industrial em ambos os casos.

Para o caso russo, o desenvolvimento dos antagonismos decorrentes do agravamento das crises sociais, contando com os componentes do czarismo e de seu envolvimento na Primeira Guerra Mundial, resultou no processo revolucionário de 1917.

A vaga revolucionária não varria somente a Europa, a Revolução Mexicana de 1910 e o Manifesto de Córdoba de 1918 demonstraram que o descontentamento dos despossuídos poderia ser convertido, facilmente, num vendaval revolucionário na América Latina.

Nesse contexto muito mais amplo, o impacto da Revolução Russa de 1917 sobre o pensamento de José Carlos Mariátegui consiste apenas numa pequena, mas importante, dimensão que o processo revolucionário teve sobre os países andinos centrais: Perú, Bolívia e Equador.

Partilhando de realidades muito próximas, nos vinte anos que se seguiram à Revolução Russa, fatores como desenvolvimento econômico e organização das lutas sociais e políticas conectaram os Andes num espírito comum, por meio do qual vocalizavam suas esperanças revolucionárias aqueles que até ali careciam de existência social: os indígenas.

No Perú de Mariátegui, no período anterior à Revolução de outubro, havia uma classe operária ainda insipiente, mas que já ensejava esforços de organização em torno dos sindicatos, por forte influência anarquista já identificada pelo menos desde 1913 com a formação da Federação Regional dos Trabalhadores do Perú.

A revolução marcou profundamente, como exemplo de experiência bem sucedida, a organização dos trabalhadores peruanos. Nesses movimentos, as teses dos dirigentes da Revolução Russa tornaram-se, rapidamente, prescrições para que os explorados assaltassem o poder.

No mesmo período, o Perú atravessava graves crises sociais decorrentes do surto de desenvolvimento econômico que resultou, de 1915 a 1920, em inflação e brusca queda de poder aquisitivo da classe trabalhadora.

As greves e revoltas populares foram conseqüências diretas da crise e os anarquistas aqueles que, em 1919, pagariam o preço, acusados como traidores pelo Parlamento. As classes dominantes, representadas pelas classes políticas, alegavam



que os sindicalistas eram agentes comunistas, enxergando no calor da hora, ainda que pela via conspiracionista, as influências que estamos tentando caracterizar pela via científica.

O sucesso russo impunha medo às elites no Perú, que enquanto rearranjavam seus mecanismos de controle social, assistiam à crescente organização da luta dos trabalhadores inspirados pelo sucesso irradiado a leste da Europa.

A notável organização da luta dos trabalhadores no Perú foi determinante para que Leguía abandonasse a retórica populista e assumisse a repressão contra as classes insurgentes, perseguindo sindicatos e seus dirigentes.

A virada no leste, com a stalinização da URSS, também demarcou uma cisão profunda de Mariátegui com a 3ª Internacional, fundamentalmente após a expulsão de Trotsky e de todos os membros da Oposição de Esquerda Unificada, no 5º Congresso do PCUS.

O choque ocorreria no 1º Congresso Comunista Latino-americano, realizado em Buenos Aires, em junho de 1929, entre Mariátegui e a “política do 3º período” de Stalin, marcada pelo sectarismo.

Ali os dois delegados peruanos apresentaram suas teses, em conformidade com os textos e análises de Mariátegui, relacionando o socialismo com a luta antiimperialista na América e o argumento em defesa dos índios no programa socialista.

Mariátegui foi rechaçado pelo stalinismo, cujo “advogado” na oportunidade era o argentino Victorio Codovilla, e apontado como populista por dar lugar revolucionário a índios e camponeses.

A morte de Mariátegui fez com que o combate stalinista contra suas convicções não encontrasse grave resistência, impondo uma leitura sectária de sua obra como marco de um pensamento populista e pequeno burguês. Os privilegiados foram os apristas que cresceram em influência e, submetidos ao centralismo e violência de Stálin, acabaram reproduzindo os mesmos antagonismos, impedindo a organização de um movimento operário autônomo no Perú.

Conclusões

Etnicidade: para compreender o desenvolvimento das lutas de classe nas Américas, era um componente que até ali faltava a toda e qualquer análise. Depois de Mariátegui, a interpretação dada ao mesmo problema tinha respostas mais apropriadas à realidade indo-americana.



Tratava-se de ver a realidade peruana e indo-americana a partir de uma perspectiva até ali nunca praticada: de dentro. Daí percebe-se com real clareza tanto o que lhe constitui: o índio; como o que lhe oprime: as classes dominantes, aliadas ao imperialismo ianque.

Fundamental é compreender, a esta altura, que esta percepção só foi possível com o contato que o subalterno do subalterno teve com o corpo teórico que deu lugar histórico aos oprimidos. Ocorre que os oprimidos de lá não eram, de forma idêntica, constituídos como os de cá.

Da teoria à prática, a formação de um Partido Socialista no Perú, que a partir dessas verificações organizasse a luta dos trabalhadores das cidades e do campo, se deu por meio da experiência russa, vivificada nos sucessos de Lênin e nos fracassos de Stálin.

No sucesso, pela primeira vez na história, a vitória dos oprimidos sobre uma autocracia, na Rússia, irradiava esperança aos oprimidos do mundo. A este espírito renovador conectou-se uma esperança antiga, de olhos serenos e pele castigada pelo tempo: a dos povos andinos.

Povos que demonstram um grau crescente de organização, pelas lutas sociais, reivindicando direitos e o próprio reconhecimento de sua existência social.

Sua mobilização em oposição aos efeitos nefastos da adoção da cartilha neoliberal receitada pelo Consenso de Washington, nos distúrbios que levaram à própria revolução nas ruas ao pé das montanhas, demonstra que as nuvem começam a se formar, entenebrecidas, num horizonte crepuscular.

Importante, no marco histórico dos 90 anos da Revolução Russa, elevar o olhar para o céu procurando pelo cume dos Andes, onde se condensam os trovões de uma tempestade.

Bibliografia

AMAYO, Enrique e Segatto, José Antonio (orgs.), *J. C. Mariátegui e o marxismo na América Latina*, Araraquara: Cultura acadêmica editora, 2002.


COTLER, Julio. *Peru: classes, estado e nação*, Brasília: Funag, 2006.

ESCORSIM, Leila. *Mariátegui, vida e obra*, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GALINDO, Alberto Flores. *La agonía de Mariátegui: la polémica con la Komintern*. Lima: Desco, 1980.

MARIÁTEGUI, José Carlos; "Ponto de vista antiimperialista", in: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política II*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

UMA JOVEM DE



**1917-2007
90 ANOS DA
REVOLUÇÃO RUSSA**

ANOS

SEMINÁRIO DE DEBATES

**12 a 14 de novembro de 2007, das 9 às 22h
no Departamento de História da USP (Cid. Universitária)**

_____. *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTOYA, Rodrigo; "Siete tesis de Mariátegui sobre el problema étnico y el socialismo en el Perú" in: *Anuário Mariateguiano*, vol. II, n. 2, 1990.

VILLARAN, Jorge. *Mariátegui, el Apra y la III Internacional*. Lima: Graphos 100, 1987.

